

Art. 2. Os procedimentos de submissão, avaliação, autorização, alteração, renovação, suspensão e cancelamento dos pedidos de registo dos medicamentos referidos no artigo anterior, devem estar em conformidade com as disposições previstas no Regulamento de Registo de Medicamentos aprovado pelo Decreto n.º 22/99, de 4 de Maio.

Art. 3. O presente Diploma Ministerial entra imediatamente em vigor na data da sua publicação.

Ministério da Saúde, em Maputo, 29 de Setembro de 2008.  
— O Ministro da Saúde, *Paulo Ivo Garrido*.

### **Diploma Ministerial n.º 43/2009**

**de 18 de Março**

No âmbito do processo de reestruturação do Ministério da Saúde, urge rever a situação de subordinação da Repartição de Informática.

Nestes termos, usando das competências que me são atribuídas pelo artigo 21 do Diploma Ministerial n.º 94/97, de 22 de Outubro, determino:

Único. A Repartição de Informática do Ministério da Saúde, passa a subordinar-se directamente ao Gabinete do Ministro da Saúde — Secretário Permanente.

Ministério da Saúde, em Maputo, 30 de Setembro de 2008.  
— O Ministro da Saúde, *Paulo Ivo Garrido*.

### **Diploma Ministerial n.º 44/2009**

**de 18 de Março**

No âmbito do processo de reestruturação do Ministério da Saúde, urge rever a situação de subordinação do Departamento de Informação para a Saúde.

Nestes termos, usando das competências que me são atribuídas pelo artigo 21 do Diploma Ministerial n.º 94/97, de 22 de Outubro, determino:

Único. O Departamento de Informação para a Saúde, passa a subordinar-se à Direcção de Planificação e Cooperação.

Ministério da Saúde, em Maputo, 13 de Outubro de 2008.

### **Diploma Ministerial n.º 45/2009**

**de 18 de Março**

A Lei n.º 25/91, de 31 de Dezembro, cria o Serviço Nacional de Saúde, com vista à correcta implementação da Lei n.º 25/91, de 31 de Dezembro, urge clarificar a organização e funcionamento dos Hospitais.

Nestes termos, usando das competências que me são atribuídas pela alínea c) do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto n.º 4/81, de 10 de Junho, determino:

Artigo 1. É aprovado o Estatuto Geral dos Hospitais em anexo, que é parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Art. 2. O presente Diploma Ministerial entra imediatamente em vigor.

Ministério da Saúde, em Maputo, 4 de Novembro de 2008.  
— O Ministro da Saúde, *Paulo Ivo Garrido*.

## **Estatuto Geral dos Hospitais**

### **CAPÍTULO I**

#### **Princípios Gerais**

##### **ARTIGO 1**

##### **(Definição)**

Os Hospitais são instituições de prestação de cuidados clínicos em regime de internamento e ambulatório. Oferecem sempre a possibilidade de diagnóstico clínico com apoio laboratorial e de outros exames complementares e constituem sempre um nível de referência.

##### **ARTIGO 2**

##### **(Âmbito de aplicação e objectivos)**

O presente Estatuto aplica-se aos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde e tem por objectivo estabelecer as normas gerais sobre a sua organização e funcionamento.

##### **ARTIGO 3**

##### **(Actividades complementares)**

Os Hospitais desenvolvem também actividades relacionadas com a promoção, prevenção e reabilitação da saúde.

### **CAPÍTULO II**

#### **Funções**

##### **ARTIGO 4**

##### **(Funções)**

São funções dos hospitais as seguintes:

- a) Oferecer cuidados preventivos, curativos, paliativos e de reabilitação aos pacientes;
- b) Oferecer cuidados de urgência a todos os pacientes que afluem de forma espontânea e os transferidos dos níveis inferiores de atenção de saúde;
- c) Fazer a referência (transferência) para os níveis superiores, os casos que devido a sua complexidade, se acham esgotados os recursos locais para o seu atendimento;
- d) Participar nas actividades de ensino e aprendizagem dos profissionais das diferentes carreiras de ciências de saúde;
- e) Garantir a realização de investigações científicas em saúde, segundo a política de investigação e prioridades definidas pelo Sector;
- f) Manter um nível de relacionamento sistemático e produtivo com as outras unidades sanitárias dos níveis inferiores e superiores de atenção de saúde, incluindo as instituições privadas, autoridades administrativas, assim como com os líderes formais e outras autoridades e organizações da sociedade civil do território onde esta se situa.

### **CAPÍTULO II**

#### **Classificação dos Hospitais**

##### **ARTIGO 5**

##### **(Classificação dos Hospitais)**

1. Os Hospitais são classificados segundo o nível de complexidade dos serviços que oferecem à população coberta.
2. Os Hospitais classificam-se em Centrais, Provinciais, Distritais, Gerais e Rurais.

## CAPÍTULO III

**Subordinação**

## ARTIGO 6

**(Articulação dos Hospitais)**

Os Hospitais articulam-se funcionalmente entre si em termos de complementaridade nos diferentes níveis de atenção de saúde em que se situam, assim como com os demais serviços e instituições que integram o Sistema Nacional de Saúde.

## ARTIGO 7

**(Subordinação)**

Independentemente da sua subordinação administrativa, os Hospitais devem obediência técnica ao Ministério da Saúde, como órgão central responsável pela garantia da aplicação da Política de Saúde do Governo.

## ARTIGO 8

**(Competências)**

Compete ao Ministério da Saúde definir e aprovar os níveis de subordinação técnica e administrativa para os diferentes tipos de Hospitais existentes no SNS, assim como a regulamentação do sistema de referência.

## CAPÍTULO IV

**Capacidade Jurídica**

## ARTIGO 9

**(Capacidade jurídica)**

1. A capacidade jurídica dos Hospitais abrange todos os direitos e obrigações necessários à prossecução dos seus objectivos (autonomia administrativa).

2. Os Hospitais são instituições de direito público, dotados de capacidade jurídica e com autonomia técnica, administrativa e financeira.

## CAPÍTULO V

**Órgãos de Direcção**

## ARTIGO 10

**(Órgãos)**

Dependendo da sua classificação, os Hospitais deverão compreender órgãos de direcção administrativa, direcção clínica, direcção científica e pedagógica, de apoio técnico e de assessoria jurídica.

## ARTIGO 11

**(Competência para definir os órgãos de Direcção)**

Compete ao Ministério da Saúde definir e aprovar a estrutura orgânica dos diferentes Hospitais, segundo a sua classificação e nível de complexidade.

## ARTIGO 12

**(Deveres)**

Constitui dever dos órgãos de direcção dos Hospitais, garantir:

- a) A aplicação da carta dos direitos e deveres dos doentes;
- b) A assistência de boa qualidade, rentabilizando os meios disponíveis;

- c) A utilização correcta e racional do equipamento, medicamentos e material médico-cirúrgico;
- d) A gestão financeira e patrimonial da instituição, segundo as normas emanadas pelas entidades competentes;
- e) O cumprimento das normas da ética e deontologia profissionais, por todos os trabalhadores do Hospital;
- f) A legalidade na contratação do pessoal e outras actividades;
- g) A salvaguarda do direito dos trabalhadores do Hospital e a melhoria das suas condições de trabalho;
- h) A criação de condições adequadas ao ensino, investigação científica e formação contínua do pessoal;
- i) A criação de condições para a recolha, tratamento e análise da informação do Sistema de Informação em Saúde e Estatística Hospitalar definidos pelo Ministério da Saúde;
- j) A análise e/ou discussão clínica dos óbitos que não são submetidos à autopsia.

## CAPÍTULO VI

**Organização e Funcionamento dos Serviços**

## ARTIGO 13

**(Organização e funcionamento dos Serviços Hospitalares)**

A organização interna dos Hospitais seguirá as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e a mesma deverá ter em conta a sua complexidade.

## ARTIGO 14

**(Competência para aprovar a estrutura dos Serviços Hospitalares)**

Compete ao Ministério da Saúde definir e aprovar a estrutura orgânica dos Hospitais.

## ARTIGO 15

**(Regime de atendimento)**

O atendimento dos doentes em regime ambulatorio, de urgência e em internamento, será de acordo com as normas definidas pelo Ministério da Saúde.

## ARTIGO 16

**(Admissão dos doentes)**

- 1. A admissão dos doentes nos Hospitais é sempre precedida pela organização do respectivo processo de internamento.
- 2. A admissão dos doentes nos Hospitais é normalmente feita a partir da consulta externa ou dos serviços de urgência.

## ARTIGO 17

**(Direitos e deveres dos doentes)**

Compete aos hospitais a garantia do cumprimento da carta dos Direitos e Deveres dos Doentes aprovada pelo Governo.

## CAPÍTULO VI

**Princípios Gerais para a Gestão dos Hospitais**

## ARTIGO 18

**(Princípios de Gestão dos Hospitais)**

Os Hospitais devem garantir o cumprimento das normas gerais de gestão e administração de instituições públicas.

## ARTIGO 19

**(Planificação)**

1. Os Hospitais devem, rotineiramente, planificar o seu trabalho, em planos mensais, trimestrais, semestrais, anuais, ou mais, e, decorrido o tempo planificado, proceder à avaliação do cumprimento dos mesmos.

2. Os Hospitais devem possuir um plano director de desenvolvimento.

3. Os Hospitais devem elaborar planos de monitoria e avaliação.

## ARTIGO 20

**(Cobranças de receitas)**

Compete aos Hospitais proceder à cobrança de receitas provenientes da sua actividade bem como a realização das despesas, devendo garantir a utilização eficiente e transparente dos recursos a eles alocados.

## ARTIGO 21

**(Gestão dos recursos humanos)**

Na gestão e administração dos recursos humanos a si afectos, os Hospitais devem observância ao estabelecido no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e demais regulamentos ou normas emanadas pela entidade que superintende a Função Pública.

## ARTIGO 22

**(Gestão financeira, aprovisionamento e património)**

1. A gestão financeira, o aprovisionamento dos hospitais em equipamento e material, contratação de empreitada e gestão do património será efectuada de acordo com os regulamentos e normas aprovadas pelas entidades que superintendem a área das Finanças.

2. A gestão financeira referida neste artigo, inclui as receitas do Orçamento do Estado, as receitas consignadas e outros fundos que forem postos à disposição dos hospitais.

## ARTIGO 24

**(Gestão de qualidade)**

Na área da gestão de qualidade os hospitais deverão garantir a avaliação periódica dos seus principais resultados técnicos e administrativos.

## ARTIGO 25

**(Serviços terciarizados)**

Os Hospitais do Serviço Nacional de Saúde que são geridos pelo sector privado não lucrativo subordinam-se às Direcções Provinciais de Saúde das Províncias onde se situam e a elas deverão prestar contas das suas actividades.

## ARTIGO 26

**(Receitas e despesas)**

Para os efeitos deste Estatuto são consideradas receitas e despesas dos hospitais:

- a) A dotação anual do Orçamento Geral do Estado;
- b) As receitas resultantes da cobrança de serviços;
- c) As participações e subsídios do Estado ou de outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- d) As doações, heranças ou legados de que venha a ser beneficiários;
- e) Os fundos provenientes de projectos de cooperação ou outros;
- f) Quaisquer outras receitas que lhes sejam atribuídas.

## CAPÍTULO VI

**Sistema Tarifário**

## ARTIGO 27

**(Sistema tarifário)**

1. Aos doentes transferidos de qualquer nível de atenção de saúde do SNS, ser-lhes-ão cobrados apenas os valores monetários mínimos fixados por lei.

2. Os doentes beneficiários do Regime de Assistência Médica e Medicamentosa ser-lhes-á cobrado, segundo o previsto no Regulamento da Assistência Médica e Medicamentosa;

3. Os hospitais organizam-se de modo a recuperarem os custos de atendimento a todos os doentes cobertos por empresas seguradoras.

## ARTIGO 28

**(Isenções)**

Serão isentos do pagamento de taxas de assistência:

- a) Os doentes que apresentarem documentos comprovativos da sua indigência, mulheres grávidas, crianças menores de 5 anos e idosos com mais de 60 de anos de idade;
- b) Doentes em situação de sinistrados.

## ARTIGO 29

**(Pagamento de taxas extras)**

Todos os doentes que pretendam utilizar os serviços dos hospitais fora do definido nos artigos 28 e 29, n.º 1 e 2 deste Capítulo VI estarão sujeitos a taxas extras a serem fixadas pelo MISAU e pelo Ministério das Finanças, nos termos do estabelecido na lei.

## ARTIGO 30

**(Isenção de pagamento de taxas em situação de urgência)**

Em situações de urgência, os doentes serão isentos do pressuposto definido no artigo 28 n.º 1 do presente capítulo, referente ao sistema de referência, sujeitando-se, no entanto, a tarifas a serem fixadas pelos Ministérios da Saúde e das Finanças, simultaneamente, para determinado tipo de acidentes.

## CAPÍTULO VII

**Dos deveres e Direitos dos Funcionários**

## ARTIGO 31

**(Deveres e direitos dos funcionários)**

1. Os deveres e direitos dos funcionários estão consagrados no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e demais legislação pertinente que regula a Função Pública.

2. Para os Hospitais, o Ministério da Saúde pode estabelecer outros deveres, direitos e regalias, desde que não estejam em contradição com o estabelecido no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e na Lei do Trabalho.

## ARTIGO 32

**(Funções de direcção e chefia)**

As funções de direcção e chefia nos Hospitais são:

- a) Director-Geral;
- b) Director Clínico;
- c) Director Científico e Pedagógico;
- d) Director de Enfermagem;
- e) Director Administrativo;
- f) Chefe de Departamento;

- g) Chefe de Serviço;
- h) Enfermeiro-Chefe;
- i) Chefe de Repartição;
- j) Chefe de Secção.

ARTIGO 33  
(Provimento)

O provimento dos lugares de direcção deverá ter em conta as disposições contidas nas carreiras profissionais e nos qualificadores específicos, assim como nas avaliações obtidas pelo funcionário ao longo do seu desempenho profissional.

ARTIGO 34  
(Mandato para os cargos de direcção e chefia)

A nomeação para os cargos de direcção deverá ser por um período de cinco anos, que poderão ser renováveis, por igual período apenas por mais, de um mandato, à excepção do cargo de Director-Geral de um Hospital Central e de um Hospital Especializado, cujo mandato não deverá ser renovado.

CAPÍTULO VIII  
**Responsabilidades Assumidas pelos Funcionários**

ARTIGO 35  
(Responsabilidade disciplinar)

Os membros dos órgãos de gestão, administração e direcção técnica dos Hospitais são responsáveis disciplinar, civil e criminalmente pelos actos que pratiquem no exercício das suas funções, devendo, portanto, pautar a sua acção em estrita observância à lei.

ARTIGO 36  
(Terciarização de serviços)

Os Hospitais podem comprar certos serviços a entidades privadas face às vantagens comparativas de qualidade e de custos que daí resultem.

ARTIGO 37  
(Actividades a tercializar)

Constituem actividades que podem ser tercializadas as seguintes:

- a) Limpeza;
- b) Segurança;
- c) Tratamento de roupa hospitalar;
- d) Fornecimento de alimentação;
- e) Serviços de manutenção das instalações e equipamento;
- f) Transporte de doentes e do pessoal;
- g) Alguns serviços clínicos.

ARTIGO 38  
(Actividades de ensino e investigação)

Os Hospitais deverão desenvolver as suas actividades, por forma a assegurar as condições necessárias para o ensino e investigação.

ARTIGO 39  
(Celebração de contratos)

Os Hospitais poderão celebrar contratos com instituições de ensino privadas, para que as suas instalações sirvam de campo de estágio no ensino e aprendizagem dos estudantes.

ARTIGO 40  
(Conselhos de base)

Os órgãos de direcção dos hospitais incentivam a participação dos trabalhadores na vida dos Hospitais através da implementação dos Conselhos de Base.

ARTIGO 41  
(Comités de Avaliação e Satisfação dos Utentes)

Os órgãos de direcção dos Hospitais incentivam a criação de Comités de Avaliação da Satisfação dos Utentes, podendo ser através do trabalho voluntário das pessoas ou organizações ou através de outras acções a serem acordadas entre as partes.

CAPÍTULO IX  
**Disposições Finais e Transitórias**

ARTIGO 42  
(Dúvidas)

As dúvidas surgidas na aplicação do presente Estatuto deverão ser esclarecidas por Despacho do Ministro da Saúde.

ARTIGO 43  
(Disposições transitórias)

O Ministro da Saúde aprovará por Diploma Ministerial o Regulamento Geral dos Hospitais que deverá constituir o complemento do presente Estatuto Geral dos Hospitais e servir como guia para a elaboração dos Regulamentos Internos dos respectivos Hospitais.

---

**Despacho**

No âmbito da reestruturação do Ministério da Saúde, ao abrigo do artigo 21 do Diploma Ministerial n.º 94/97, de 22 de Outubro, determino:

Único. O Laboratório Nacional de Controlo da Qualidade de Medicamentos passa a subordinar-se ao Departamento Farmacêutico.

Ministério da Saúde, em Maputo, 21 de Outubro de 2008.  
— O Ministro da Saúde, *Paulo Ivo Garrido*.

---

**Despacho**

Havendo necessidade de se reestruturar a Junta Nacional de Aeronáutica Civil, ao abrigo das competências que me são atribuídas por lei, determino:

Único. É extinta a Junta Nacional de Aeronáutica Civil constituída pelos seguintes quadros: Dra. Beatriz Ferreira, Prof. Carlos Marzagão, Dr. Sam Patel, Dra. Lizete Canotilho, Dr. Branco Neves, Dr. Yacoob Omar e Dr. Nikolai Koulsinsky.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

Ministério da Saúde, em Maputo, 22 de Outubro de 2008.  
— O Ministro da Saúde, *Paulo Ivo Garrido*.